

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.350 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2001



Senado aprova fundo para desenvolver a Amazônia Ocidental

Plenário também vota ampliação do uso do FGTS e autoriza governo a modificar conselho da Suframa



O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que visa promover o crescimento econômico sem agredir a natureza, foi aprovado pelo Plenário e vai agora ao exame dos deputados. O Senado também aprovou o nome de José Coelho Ferreira para ministro do STM, além da proposta que amplia uso do FGTS na compra de imóvel e do projeto de Mozarildo Cavalcanti que autoriza o governo a modificar o conselho da Suframa.

PÁGINA 3

O senador Jefferson Péres é autor da proposta de emenda constitucional que institui fundo para desenvolver a Amazônia Ocidental, que deve beneficiar os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia

Médicos apontam risco do silicone

PÁGINA 9



O senador Carlos Wilson assinou acordo de cooperação com a Secretaria Antidrogas

Interlegis participa da luta contra uso indevido de drogas

PÁGINA 10



Bernardo Cabral preside reunião que inaugurou estratégia de trabalho

CCJ bate recorde e examina 33 matérias em apenas um dia

PÁGINAS 6 E 7

Presidente do Flamengo depõe sobre sonegação

Edmundo Santos Silva falará também aos membros da CPI do Futebol sobre irregularidades na compra e venda de jogadores

O presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, será ouvido hoje pela comissão parlamentar de inquérito criada para investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol. A convocação, feita pelo presidente do colegiado, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), busca esclarecer o envolvimento do dirigente do

Flamengo em irregularidades na compra e venda de jogadores de futebol e na sonegação de impostos nas transações.

As denúncias de irregularidades foram apresentadas pelo jornalista Paulo César Ferreira, membro do conselho deliberativo do Flamengo, em depoimento presta-

do à CPI.

O principal caso mencionado por Ferreira seria a compra do jogador Petkovic, cujo passe teria custado US\$ 6,5 milhões, pago ao clube italiano Venezia por meio de depósitos bancários em contas sediadas em paraísos fiscais.

A audiência será realizada, às 10h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado.



Leomar Quintanilha é presidente da subcomissão, que se reúne hoje

Subcomissão do Idoso debate criação de "site"

A Subcomissão Permanente do Idoso, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se hoje para debater a criação de *site* na Internet que disponibilizará informações de interesse dos idosos, como as leis que os beneficiam. O serviço oferecerá também as decisões das reuniões da subcomissão, a opinião dos senadores e serviço de *e-mail* para o envio de mensagens pelos usuários da rede de computadores.

Com o objetivo de facilitar a comunicação com a população,

a subcomissão pretende também instalar no gabinete do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), linha de telefone 0800 para receber denúncias e sugestões de todo o país.

Além de discutir os projetos de lei que tratam de idosos e estão tramitando no Senado e na Câmara dos Deputados, a subcomissão deve também marcar a data da audiência pública com a apresentadora Hebe Camargo e com os cantores Juca Chaves e Inezita Barroso.

Debate sobre nova lei de radiodifusão pode ser iniciado

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática reúne-se hoje, às 9h30, para decidir se realizará debates conjuntos com a Comissão de Educação sobre o projeto que trata da nova lei de radiodifusão, que neste momento tramita na Câmara dos Deputados. A subcomissão votará requerimento com essa finalidade proposto pelos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Freitas Neto (PFL-PI). O debate conjunto já foi aprovado pela Comissão de Educação e os senadores querem antecipar a discussão da matéria para garantir uma tramitação rápida no Senado. Ainda hoje a Subcomissão de Cinema apreciará nomes de pessoas que serão convidadas para debates públicos sobre a nova legislação.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

10h – Preside sessão deliberativa ordinária

12h – Recebe Orlando Muniz, secretário nacional de Reforma Agrária

12h30 – Recebe o deputado Aguinaldo de Jesus, líder do PFL da Câmara Legislativa

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: homenagem a Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: PR nº 38/01, autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com o Brasil, no valor de US\$ 232,4 milhões; PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); votação, em primeiro turno, da PEC nº 6/98, inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação, em primeiro turno, da PEC nº 11/98, acrescenta parágrafo ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); substitutivo do Senado ao PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, que dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; Requerimento nº 416/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 67/01, de sua autoria; Requerimento nº 431/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 242/00 e 98/01, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 441/01, do senador Jefferson Péres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 27/01, de sua autoria.

COMISSÕES

9h30 – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: Requerimento s/nº, dos senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos e Freitas Neto, solicitando a realização de audiências públicas para debater a proposta do Ministério das Comunicações sobre a nova lei de radiodifusão; e aditamento ao Requerimento nº 3/01, dos senadores Geraldo Cândido e Lúcio Alcântara, que trata da discussão sobre a PEC nº 203/95, que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora de sons e imagens, solicitando que a audiência pública seja realizada de forma conjunta entre a Subcomissão de Cinema e a Comissão de Educação. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

9h30 – Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Edmundo Santos Silva, presidente do Flamengo. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Após a Ordem do Dia – Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova Fundo para Amazônia Ocidental

Os recursos vão beneficiar programas e obras em municípios dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Para entrar em vigor, a proposta precisa ser ainda aprovada pela Câmara dos Deputados

Composição de conselho da Suframa deve ser modificada

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza o governo a modificar a composição do Conselho Administrativo da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) para nele incluir representantes dos municípios situados no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, além de representantes de alguns ministérios. A proposta será agora enviada à Câmara.

De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o texto recebeu 62 votos favoráveis e nenhum contrário. Ao defender o projeto, o senador afirmou que o objetivo é dar equilíbrio ao conselho administrativo, modernizando-o. Em sua opinião, a Suframa não se limita mais à Zona Franca de Manaus, mas é "uma verdadeira agência de fomento da região".

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) também manifestou-se favoravelmente ao texto, que foi aprovado nos termos de substitutivo da senadora Maria



Autor do projeto, Mozarildo Cavalcanti quer modernizar a atuação da Suframa

do Carmo Alves (PFL-SE). Argumentando que a Constituição dá ao presidente da República a iniciativa das leis que dispõem sobre as atribuições ministeriais, a senadora elaborou substitutivo para tornar a iniciativa uma lei autorizativa.

Portanto, o texto aprovado autoriza o governo a modificar o conselho da Suframa, para nele incluir representantes dos municípios e ministérios.

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O fundo, que irá vigorar de 2001 a 2013, conforme a proposta, deve promover o desenvolvimento econômico da região, sem que haja agressão ao meio ambiente. O texto será ainda votado pela Câmara.

De acordo com a PEC, serão beneficiados os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos serão aplicados em obras e programas nos municípios desses estados, exceto nas capitais. A decisão do Plenário incluiu a aprovação de duas emendas com adaptações na redação da proposta.

Para a constituição do fundo, a União destinará parte da receita líquida de impostos arrecadados no Amazonas, num percentual correspondente ao dobro do percentual de área protegida nesses quatro estados. Nesse caso,



O fundo promoverá o desenvolvimento da região sem agredir o meio ambiente, segundo Jefferson Péres, autor da PEC



área protegida é todo o território da Amazônia Ocidental ao qual sejam impostas restrições à exploração econômica de recursos naturais. Jefferson espera que a proposta seja aprovada até o próximo ano pela Câmara, para que entre em vigor em 2003.

O principal argumento de Jefferson Péres, ao justificar a proposta, é que, por falta de recursos, "a maior região do país, a mais importante geograficamente, a reserva mundial de biodiversidade e recursos hídricos"

está ameaçada de devastação.

O senador tem afirmado que, exatamente por não serem contemplados por um fundo como esse, os habitantes da Amazônia se vêem atualmente "reduzidos à extrema pobreza", pelo fato de estarem submetidos a restrições legais para garantir a preservação do meio ambiente.

Jefferson Péres argumenta ainda que "o fundo não tira recursos de ninguém", não havendo perda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nem do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Uso do FGTS para a compra da casa própria é ampliado

Quem tiver Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá utilizá-lo no pagamento da casa própria adquirida em financiamento concedido por entidade fechada de previdência complementar. Decisão nesse sentido foi aprovada ontem pelo Senado, com a aprovação de projeto da

Câmara, que agora vai à sanção presidencial.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que a iniciativa traz vantagens para a população. Ele afirmou que, atualmente, apenas financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), ou operações financeáveis nas condições vigentes para esse sistema, podem ser objeto de utilização de recursos do FGTS.

Segundo ainda afirmou, por esse motivo milhares de trabalhadores habilitados a adquirir moradia em outras condições não têm acesso aos recursos acumulados em suas contas vinculadas, entre eles, os participantes de fundos de pensão. Na opinião de Ornélas, a iniciativa, além de justa, não descapitalizará o FGTS.



Ornélas: projeto beneficia quem adquirir imóvel com financiamento de fundo de pensão

Adiada votação sobre ICMS para petróleo

A requerimento do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o Senado adiou por 30 dias a votação da proposta de emenda à Constituição que atribui aos estados produtores a cobrança de ICMS nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos. Hoje, a cobrança é feita nos estados consumidores. E foi adiada para o dia 11 de outubro a discussão do projeto de lei da Câmara estabelecendo que a aposentadoria facultativa ou por invalidez de tabeliães e oficiais de registro seguirá as mesmas regras adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada, permanecendo inaplicável a aposentadoria compulsória por idade, como ocorre com os servidores públicos.

José Coelho Ferreira ocupará cargo de ministro no STM

Em votação secreta, com 48 votos favoráveis, 22 contrários e 2 abstenções, o Plenário aprovou a indicação, feita pelo presidente da República, de José Coelho Ferreira, procurador-geral do Banco Central, para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) na vaga decorrente da aposentadoria de Aldo da Silva Fagundes.

Ao encaminhar a votação, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lamentou "a falta de zelo do Senado em relação à sua prerrogativa de sabatar candidatos indicados pela Presidência da República para exercer cargos importantes", como embaixadores e ministros dos tribunais superiores. "Sua exposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi um vexame, porque ele demonstrou não ter as qualificações jurídicas necessárias para exercer a função."

No caso de José Coelho, prosseguiu Dutra, antes de deliberar sobre a indicação, o Senado deveria esperar o fim da investigação so-

bre as denúncias em relação ao presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que está sendo realizada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Relatório do procurador-geral do Banco Central é peça importante para se chegar à verdade sobre as denúncias, disse Dutra.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS) também protestaram contra o que chamaram de hábito de o Senado encarar sua prerrogativa de aprovação de autoridades como mera formalidade.

Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), "o governo foi negligente" ao enviar a indicação de José Coelho, demonstrando não estar acompanhando, com rigor, os acontecimentos do Senado. Segundo o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), esses argumentos não são válidos, estando José Coelho plenamente habilitado para exercer o cargo de ministro.

Livro destaca papel de Sarney na transição para democracia

Obra lançada ontem no Salão Negro do Congresso reúne depoimentos de ministros e colaboradores do ex-presidente da República

Numa solenidade concorrida, realizada no Salão Negro do Congresso Nacional, foi lançado na noite de ontem o livro *Sarney—O Outro Lado da História*, que reúne depoimentos de ministros e colaboradores do então presidente José Sarney sobre fatos ocorridos no governo que geriu a transição do regime militar para a democracia. O agora senador pelo Amapá José Sarney (PMDB) exerceu o cargo de presidente da República de 1985 a 1990.

O ministro do TST Almir Pazzianotto foi ministro do Trabalho por dois anos e meio no governo Sarney. Ele disse que a área trabalhista foi muito importante por causa da política de não intervenção determinada pelo presidente.

— O governo Sarney optou pela solução dos conflitos através da negociação entre patrões, governo e trabalhadores — lembrou.

O ex-chefe da Casa Militar, general Rubem Bayma Denis, disse que pôde admirar, em cinco anos no governo, a visão estratégica de Sarney. O presidente do STF, Marco Aurélio Mello, afirmou que o livro perpetua a história, que é “muito importante para os homens públicos, porque revela a experiência”.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), à época relator da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou que



No lançamento do livro, José Sarney conversa com o presidente interino do Senado, Edison Lobão, e o presidente do STF, Marco Aurélio Mello

o livro é “uma homenagem justa a quem soube fazer a transição entre a excepcionalidade institucional e o reordenamento constitucional”. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi ministro da Agricultura, disse que o livro traz uma análise “muito profunda e muito responsável”.

O autor do livro, jornalista Oliveira Bastos, explicou que foi motivado a escrever a obra pela “burrice do jornalismo político nos últimos 20 anos”. Bastos observou que o jornalismo estendeu o ódio que alimentava pela ditadura militar ao governo Sarney: “Pensavam que Sarney era representante do governo

militar e não perceberam a importância da transição feita por ele. O livro tenta resgatar isso”.

José Sarney disse que só pode louvar o trabalho de Oliveira Bastos. Segundo ele, o livro traz um levantamento de fatos que já podem ser analisados de outra maneira. Sarney destacou o papel da imprensa durante o seu governo. “Até as injustiças são corrigidas ao longo do tempo”, observou. Ele anunciou que está escrevendo suas memórias e concluiu citando o poeta português Miguel Torga: “Do que fiz e do que não fiz, não cuido agora. As Índias todas falarão por mim”.

Lobão aceita e não comenta decisão do Supremo sobre Mesa do Congresso

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse ontem que aceita e não comenta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que caberá ao deputado Efraim Morais (PFL-PB) presidir as sessões do Congresso Nacional, embora tenha admitido que ficou surpreso com o resultado.

— É claro que me surpreendeu, pois eu tinha o pensamento do presidente do Supremo Tribunal Federal e o parecer do procurador-geral da República, mas não discuto decisão da Justiça: a Justiça decide e nós cumprimos — afirmou.

Lobão recusou-se a falar sobre o mérito do julgamento do STF, reafirmando que acata plenamente a decisão do Poder Judiciário, pelo qual tem “o maior apreço”.

Na avaliação do senador, a polêmica decidida pelo STF não causou prejuízo aos trabalhos do Congres-

so, pois só duas sessões foram suspensas, o que poderá ser compensado a partir da semana que vem.

Lobão ressaltou também que o episódio não deixará seqüelas políticas, e referiu-se ao deputado Efraim Morais como “correligionário e amigo”, assegurando que em nenhum momento houve competição de caráter pessoal entre ambos.

— Nós dois estávamos interessados em encontrar uma solução que preservasse a legitimidade das ações do Congresso Nacional, e nossa maior preocupação era que alguma medida pudesse ser considerada ilegítima. Agora o Congresso entra na normalidade — concluiu.

CANCELAMENTO

Ao tomar conhecimento da decisão do STF, Edison Lobão transmitiu-a ao Plenário e comunicou o cancelamento da sessão do Congresso Nacional que havia sido por ele con-

vocada para ontem, às 19h.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que ocupava a tribuna no momento, disse que decisão do Supremo não se comenta, cumpre-se, deixando claro, porém, que ele, bem como outros senadores, tinha interpretação diferente. Dutra afirmou que a Mesa do Congresso é “uma figura mais ou menos virtual”, ressaltando que não votou para a formação da Mesa do Congresso, mas sim para a Mesa do Senado.

A situação, na avaliação do senador, pode vir a ser corrigida com a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que modifica a sistemática de funcionamento conjunto das duas Casas.

— Espero que possamos extinguir, de uma vez por todas, essa figura esdrúxula da terceira Casa do nosso Congresso — afirmou Dutra.

Requião estranha pedido de licença do STF para processá-lo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitou à Mesa do Senado que submeta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pedido de licença encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que ele seja processado por suposto crime de di-



Requião vê tentativa de amordaçar o direito de um parlamentar emitir opiniões

famação contra Cândido Manuel Martins de Oliveira, secretário de Segurança Pública do Paraná em 1999.

O pedido foi entendido por Requião como tentativa de amordaçar o direito que um parlamentar tem de emitir suas opiniões. Ao invés de difamador, o senador se disse difamado, porque o pedido de licença foi noticiado em todos os jornais, enquanto nenhum publicou nota explicativa enviada por ele, Requião. A solicitação foi classificada pelo senador como “violência sem consequência, porque naturalmente será arquivada pelo Senado”.

— Quero saber se posso falar dessa tribuna, ou se tenho de submeter meus discursos ao Brindeiro, ao Haroldo e ao ministro Sydney Sanches — declarou, referindo-se ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao subprocurador Haroldo Nóbrega e ao ministro do STF.

No entender do senador, os três são responsáveis por “dois atos ímpares” do Ministério Público e do STF: Nóbrega acolheu a denúncia de difamação, Brindeiro a aprovou e Sanches, dois dias após ter recebido a denúncia do Ministério Público, encaminhou o pedido de licença ao Senado. Para Requião, é grave que todos esses procedimentos tenham sido adotados em tempo re-

corde e com “prioridade absoluta”. O senador observou que no caso foi ignorada a diferença constitucional entre “inviolabilidade material” — o direito de o parlamentar dizer aquilo que queira no exercício do seu mandato — e a “imunidade processual”, que se refere à proibição de

abrir processo contra parlamentar que cometa crime comum. Daí ter pedido também que a Mesa convide Sanches, Brindeiro e Nóbrega a dizerem em que momento a Constituição foi modificada e passou a permitir que um discurso de senador possa ser objeto de censura do STF ou do Ministério Público.

Requião repetiu as opiniões transformadas em denúncia e posterior pedido de licença: “A Secretaria de Segurança Pública é corrupta e frouxa. A Divisão de Narcóticos anunciada na área cria dúvida, já que não se sabe se vai ser a favor ou contra as drogas”, disse ele em entrevista ao jornal *Folha de Londrina* (PR). Após a nota publicada no jornal, relembrou, a CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados realizou investigações no Paraná que culminaram com a demissão do secretário e a prisão do diretor-geral e de três ou quatro delegados.

Na afirmação do seu direito de crítica, Requião insistiu ainda, da tribuna, que o Ministério Público Federal, como a Secretaria de Segurança do Paraná, “é frouxo quanto à sua coordenação, à sua direção”, e lhe desperta dúvidas sobre se, no caso da CPI dos Precatórios, trabalhou a favor ou contra o interesse público.

Alcântara cobra resposta sobre recuperação de votos secretos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu à Mesa do Senado que dê resposta a requerimento que apresentou em 25 de abril perguntando se é possível recuperar tecnicamente, com fidelidade, os votos secretos dados na sessão do dia 28 de junho de 2000, quando foi cassado o mandato do então senador Luiz Estevão. Alcântara fez o questionamento porque saiu na Internet, naquele dia, uma lista que seria o resultado da votação.

— Preciso de uma resposta — que sim ou que não. Se for sim, tenho

um segundo requerimento a apresentar. Tenho ações tramitando em São Paulo e em Brasília que dependem dessa resposta. Depois de quatro meses, tenho direito a uma resposta — afirmou Alcântara.

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, garantiu que tomará providências para que o requerimento seja respondido. “Não tomei qualquer medida para procrastinar a resposta”, disse.

O requerimento foi apresentado antes da licença do senador Jader Barbalho da Presidência do Senado.

Freitas apontou deterioração na qualidade dos serviços públicos



Freitas: Congresso pode aumentar reajuste de servidor

O senador Freitas Neto (PFL-PI) afirmou ontem que o Congresso pode corrigir "a insensibilidade do governo" com o funcionalismo federal e aumentar o reajuste de 3,5% a ser previsto no Orçamento da União para 2002. "Ninguém quer a volta da inflação, mas os servidores públicos estão pagando um preço desproporcional para manter a estabilidade, comparando-se com outras categorias da sociedade", observou.

Ele disse que a arrecadação nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso subiu 78%, mas o gasto com os servidores cresceu só 18%. O senador lembrou que só uma parte dos funcionários teve reajuste nos últimos sete anos, sendo que a maioria não foi contemplada.

O comportamento do governo federal com os funcionários está levando, conforme Freitas Neto, a uma deterioração da qualidade dos serviços públicos. Ele lembrou que são os mais pobres que precisam de melhores escolas, postos de saúde ou hospitais. "O ônus dessa injusta política, no final, recai sobre os mais pobres do país", afirmou.

Dívida de Santa Catarina preocupa Casildo Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem preocupação com o aumento da dívida pública de Santa Catarina. Segundo ele, o governo atual, em dois anos e meio, quase dobrou a dívida do estado.



Maldaner: governo atual quase dobrou a dívida

Maldaner disse que o governo catarinense tem anunciado, "como se fosse uma grande conquista", a quitação do saldo relativo a salários atrasados do funcionalismo público estadual. Comparando com o aumento da dívida pública para mais de R\$ 7 bilhões, o senador afirmou que "não há do que se vangloriar".

Formada subcomissão para investigar metrô de Brasília

Ney Suassuna anuncia que Romero Jucá vai presidir o colegiado, que tem como relator o senador Wellington Roberto

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou na reunião de ontem os nomes dos integrantes da subcomissão destinada a apurar denúncias de superfaturamento nas obras do metrô de Brasília. A subcomissão terá como presidente o senador Romero Jucá (PSDB-RR), como vice-presidente o senador Moreira Mendes (PFL-RO) e como relator o senador Wellington Roberto (PMDB-PB). Os suplentes são os senadores Valmir Amaral (PMDB-DF) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Na mesma reunião foram divulgados os nomes dos integrantes da subcomissão destinada a apurar por que motivo não foi cumprida sentença judicial em processo em que figuram como parte o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a empresa Agroindustrial e Reflorestadora (Arisa). A subcomissão foi criada a pedido do senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Segundo ele, a procrastinação no cumprimen-

to da sentença implica multa diária imposta ao BNB. A subcomissão será presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), o vice-presidente será Moreira Mendes e o relator, o senador Luiz Otávio. Os senadores Fernando Matusalém



Ney Suassuna preside a Comissão de Fiscalização e Controle

(PPB-RO) e Jefferson Péres (PDT-AM) são membros da subcomissão e os suplentes são os senadores Wellington Roberto, Freitas Neto (PFL-PI) e Ricardo Santos (PSDB-ES).

TCU

Durante a reunião, foi aprovado requerimento do senador Ney Suassuna pedindo ao Ministério Público informações sobre o andamento de processos examinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) denunciando funcionários públicos envolvidos em desvio de dinheiro público. Suassuna pediu ainda que a Caixa

Econômica Federal envie informações sobre denúncia de desvio de verbas publicada ontem pelo *Jornal do Brasil*. Suassuna solicitou ao líder do governo no Senado, Romero Jucá, que faça diligências junto à CEF para agilizar o envio de informações. Jucá

comprometeu-se a notificar a Caixa e disse que o governo pretende ver o assunto esclarecido o mais rápido possível.

A comissão aprovou relatórios propondo o arquivamento de pareceres do TCU sobre auditoria nas superintendências do Incra no Acre, Ceará e Amapá e também relativo à auditoria realizada na prefeitura de Ceará-Mirim (RN). O único relatório a não indicar arquivamento, de autoria do senador Freitas Neto, pediu mais informações ao TCU sobre auditoria na prefeitura de Teresina (PI).

Iris propõe discussão de novo pacto federativo

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) propôs a discussão de um novo pacto federativo como caminho para a instituição de uma política de desenvolvimento regional que ajude a uniformizar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ele alertou sobre a necessidade de esse pacto ser firmado para acabar com a guerra fiscal entre os estados.

Levantamento realizado pela *Folha de S. Paulo* e publicado em fevereiro deste ano, conforme citou o senador, aponta que os oito estados pesquisados pelo jornal renunciaram a R\$ 39 bilhões para conseguir atrair 3.340 empresas e gerar 522 mil empregos. "São Pau-

lo fala de uma perda de R\$ 16 bilhões nos últimos 11 anos, o que teria reduzido sua participação na arrecadação do ICMS brasileiro de 43,37% para 37,4%", informou.

Para Iris, é necessário que o crescimento econômico seja promovido com a ajuda de uma reforma tributária eficaz, que traga justiça social e melhore a qualidade de vida da população. Ele defendeu ainda uma melhor distribuição de renda que possibilite o fortalecimento do mercado interno e a desconcentração do emprego, da renda e do consumo pelas diversas regiões do país.

Lembrando que a promoção do



Iris Rezende quer acabar com a guerra fiscal entre estados

desenvolvimento das regiões mais pobres sempre desafiou os políticos, Iris Rezende registrou que são fundamentais mecanismos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), extinta recentemente, e os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste.

"A falta dessa ação e a injustiça econômica e social podem nos levar a graves problemas, que já se evidenciam em forma de violência urbana e guerra fiscal, para citar apenas dois", afirmou.

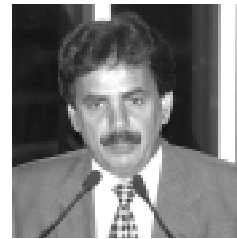
CPI das ONGs pode funcionar até junho

O prazo de funcionamento da CPI das ONGs foi prorrogado até o dia 28 de junho de 2002. O anúncio foi feito ontem pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF), que respondia pela presidência da sessão do Senado Federal. Ele atendeu a requerimento apresentado pelos senadores, contendo número re-

gimental de assinaturas, que será publicado para que produza os devidos efeitos.

A comissão parlamentar de inquérito foi criada para apurar denúncias sobre atividades irregulares de organizações não-governamentais, sobretudo as que atuam na Amazônia. Um dos fatos que

deram origem à CPI diz respeito à ONG conhecida como Associação Amazônia, acusada de ter adquirido irregularmente 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima. A CPI busca identificar, também, a interferência indevida de ONGs em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional.



Ademir: governador determinou envio de tropas para fazer despejo

Ademir denuncia despejo no Pará de trabalhadores rurais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra despejos de trabalhadores rurais instalados em fazendas improdutivas do Pará e solicitou a interferência do governo federal. Segundo o senador, o governador Almir Gabriel e o secretário de Defesa Social, Paulo Sette Câmara, "os mesmos envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996", teriam determinado o envio de tropas militares para promover uma megaoperação de despejo em 12 fazendas, entre elas a Cabeceira e a Volta do Rio, no município de Parauapebas, consideradas improdutivas e há três anos abrigando mais de 2 mil famílias.

O senador leu em Plenário nota de entidades ligadas aos trabalhadores rurais, entre elas, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na nota, as entidades afirmam que a ação de despejo resulta de um acordo que o secretário e o governador fizeram com os fazendeiros da região, por intermédio da deputada Elza Miranda. Metade dos imóveis, conforme as entidades, está sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), todos eles com desapropriação prevista. O senador alertou para um novo massacre de Eldorado dos Carajás, já que as famílias estão dispostas a resistir.

Ademir disse que a violência contra integrantes do movimento sindical do Pará no primeiro semestre deste ano só tem comparação com a repressão registrada no período da ditadura militar. De abril até hoje, informou, foram executados seis trabalhadores, dentre eles o sindicalista Ademir Alfeu Federicic, assassinado no último dia 25, e 121 pessoas foram presas. "A indiferença e a impunidade têm sido a resposta oficial dos governos estadual e federal", lamentou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao governador Almir Gabriel para que não deixe se repetirem cenas como a do massacre de Eldorado dos Carajás.

CCJ bate recorde na votação de projetos

Estratégia adotada pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Bernardo Cabral, permite a análise de 33 propostas em uma única reunião, com a aprovação de 26 pareceres

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) conseguiu ontem, após maratona de quase quatro horas, bater recorde absoluto de exame de matérias em um único dia. O recorde foi alcançado graças a estratégia adotada por seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que formou grupo de trabalho, integrado por senadores, para separar previamente as matérias da pauta consideradas menos sujeitas a grandes polêmicas no plenário da comissão.

A estratégia funcionou e a comissão conseguiu examinar, numa única reunião, um total de 33 matérias, aprovando 26 pareceres. Com a estratégia, Bernardo Cabral disse querer demonstrar o ritmo intenso de trabalho do Senado, mesmo diante de cenário adverso.

O grupo de trabalho encarregado de filtrar os assuntos mais pacíficos, ou de aprovação considerada mais fácil, foi formado pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), José Agripino (PFL-RN), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Osmar Dias (sem partido-PR). Segun-

do Cabral, o grupo trabalhou intensamente por vários dias para produzir o que ele considerou "uma garimpagem jurídica exemplar".

Atualmente tramitam 917 matérias na CCJ, o que a torna a comissão mais demandada pela Casa, segundo Cabral. Ele referiu-se a episódio envolvendo o presidente norte-americano Abraham Lincoln, que, segundo narram seus biógrafos, ao responder a um funcionário público que solicitava aumento de salário alegando estar trabalhando em excesso, indeferiu o pedido e justificou: "Um homem que não trabalha mais do que ganha não merece o que ganha".

O grau de dificuldade para a realização da maratona de trabalho da CCJ, conforme Cabral, ficou de-

monstrado inclusive pelo elevado número de matérias terminativas examinadas – 17 ao todo, algumas delas envolvendo duas votações nominiais, uma para o parecer do relator, outra para as emendas.



Cabral (ao microfone) elogiou a ação do grupo de trabalho, que permitiu acelerar a análise de matérias na CCJ

Comissão aprova texto de acordo contra a corrupção

Em sua reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer do senador Osmar Dias (sem partido-PR), favorável ao decreto legislativo que define o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, firmada em Caracas (Venezuela) pelo governo brasileiro e outros países do continente, em 1996. O acordo tem como objetivo básico promover e fortalecer o desenvolvimento dos mecanismos necessários para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção.

A convenção, que teve iniciativa do governo norte-americano, prevê medidas preventivas contra o desvio de dinheiro público, define os atos de corrupção, as punições e a extradição de condenados por corrupção entre os países signatários.

Ao comentar o seu parecer, o senador Osmar Dias disse que a corrupção é uma das três causas da pobreza na América Latina, figurando ao lado do baixo índice de esco-

laridade e do narcotráfico. Pelo que ficou acordado – explicou o relator –, o país se compromete a erradicar a corrupção.

– O Brasil tentou erradicar a febre aftosa e não conseguiu. Agora tem de se empenhar para erradicar a corrupção, que causa um mal maior que a febre aftosa – frisou Osmar Dias.

A Convenção de Caracas resulta, segundo o senador, do reconhecimento de que a corrupção tem âmbito internacional, sendo necessário entendimento também internacional para combatê-la.

– Nada mais atual e carente de combate penal que o crime de corrupção. A história recente do Brasil não poderia ser demonstração mais patente dessa necessidade – afirmou Osmar Dias.

A matéria, em caráter não-terminativo, sofreu no Senado, principalmente, correções quanto à redação, mas também para adequar as punições à legislação brasileira – que estabelece penas mais



Osmar Dias: "Nada mais atual e carente de combate penal que o crime de corrupção"

duras para os crimes ali tipificados, prevalecendo, portanto, o que já consta das leis brasileiras.

Entre as medidas preventivas previstas na convenção, destaca-se a adoção de normas que impeçam o suborno de funcionários públicos e de mecanismos para estimular a participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais nos esforços contra a corrupção. Está previsto ainda o estabelecimento de normas de conduta "para o desempenho correto, honrado e adequado das funções públicas".

Especular com terra da reforma agrária pode dar punição

A especulação feita com terras distribuídas pelo governo nos assentamentos da reforma agrária poderá estar sujeita a penas de um a cinco anos de prisão, sendo equiparada ao crime de estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal brasileiro. Isso é o que determina projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que seguiu voto favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

O projeto, explicou o relator, tem como objetivo impedir que os lotes recebidos em programas de reforma agrária continuem sendo objeto de especulação imobiliária. Ao longo da história – observou – a União vem desapropriando e distribuindo terras para, logo a seguir, ver tais propriedades retornarem aos seus antigos donos ou outros latifundiários que as adquirem dos assentados, a preço vil.

O projeto prevê a elaboração de cadastro nacional a fim de impedir que qualquer beneficiário de um lote do programa de reforma agrária seja beneficiado mais de uma vez. Pela proposta, o trabalhador somente poderá vender um lote recebido num programa de reforma agrária após dez anos.

Segundo Álvaro Dias, lotes rece-

bidos em programas de reforma agrária continuam sendo negociados pelos beneficiários que, logo a seguir, são novamente contemplados em programas similares. "Trata-se, assim, de verdadeira indústria que propicia a especulação imobiliária", afirmou.

Os falsos trabalhadores rurais, que sem qualquer vocação agrícola se beneficiam da reforma agrária, acabam por usurpar o direito daqueles que, por tradição e profissão, esperam longos anos para adquirir uma gleba de terra para a sua sobrevivência – disse Álvaro Dias.



Lúcio Alcântara é autor do projeto aprovado terminativamente pela CCJ

CCJ aprova mudanças no rateio do tempo para propaganda eleitoral

Conforme projeto de Waldeck Ornélas, o período que seria utilizado no rádio e na televisão por candidato ao Senado desistente deverá ser dividido entre concorrentes de todos os partidos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou na reunião de ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que estabelece novo rateio no tempo da propaganda no rádio e televisão nas eleições em que houver duas vagas para o Senado.

Pela lei em vigor, um partido que tenha dois candidatos ao Senado, em caso de desistência de um deles, poderá usar o tempo do desistente para aquele que permanecer no pleito. Pela proposta aprovada, o tempo surgido com a desistência de um candidato terá de ser rateado entre todos os outros, qualquer que seja o partido.

A CCJ também aprovou uma



A CCJ adiou a votação da proposta de emenda constitucional que proíbe o voto secreto no Legislativo devido ao pedido de vista concedido a Romero Jucá

preliminar de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), conferida para detalhar o teor de emendas de Plenário ao projeto que altera a Lei Eleitoral. Ele es-

clareceu que, para o rateio do tempo da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, será levado em conta a bancada dos partidos na Câmara, registrada

nos resultados da eleição imediatamente anterior, como forma de inibir a troca de partidos antes do rateio.

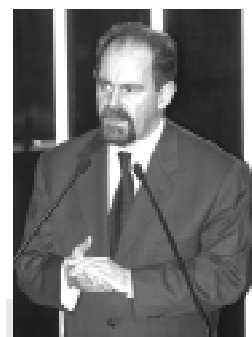
Já a proposta de emenda constitucional que proíbe o voto secreto no Legislativo, para toda e qualquer situação, não chegou a ser votada, devido a pedido de vista do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado. Ele também pediu vista do projeto de lei que torna inelegível o candidato cuja prestação de contas eleitoral houver sido rejeitada por tribunal eleitoral. O mesmo ocorreu com o projeto que impõe medidas mais duras contra a boca-de-urna, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Senadores da oposição discutem aliança

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou o encontro de senadores da oposição com o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, em jantar realizado terça-feira. Eles conversaram sobre a possibilidade de união dos partidos oposicionistas para o primeiro turno da eleição presidencial em 2002.

Em discurso, Dutra afirmou que a reunião visou também estabelecer um *modus vivendi* a ser seguido, mesmo que a união dos oposicionistas não seja alcançada no primeiro turno. Lembrou haver dificuldades políticas para se alcançar a unidade.

— Mas é preciso estabelecer quem é o principal adversário no primeiro turno — afirmou Dutra, acrescentando que os presentes ao jantar concordaram que



Segundo Dutra, jantar reuniu senadores da oposição com líder petista

o cenário mais provável é que o segundo turno una um candidato governista contra o candidato das oposições. Segundo disse, ninguém subestima a capacidade do candidato da situação, por pior que esteja a popularidade do governo.

Além dos integrantes do PT, PPS, PDT e PSB, participaram do encontro dois senadores do PMDB, Roberto Requião (PR) e José Alencar (MG). Conforme Dutra, Lula deixou claro que não participava da reunião como pré-candidato à Presidência da República.

Para o parlamentar, as divergências programáticas entre os partidos de oposição são “imensamente menores” que suas convergências. Disse que a união é importante não apenas para vencer as eleições, mas para que haja governabilidade. De acordo com Dutra, os partidos de esquerda e centro-esquerda brasileiros nunca estiveram tão perto de exercer o governo.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a iniciativa do jantar, que atribuiu ao senador Paulo Hartung (PPS-ES), foi fundamental para a construção de um consenso.

Plenário vota proibição de parente para suplência

O Senado vota hoje projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o candidato a senador de indicar parente próximo para sua suplência. Conforme a senadora, o texto foi concebido com a preocupação de que, nas últimas eleições, alguns



Marina disse que alguns candidatos registraram o gênero como suplente

candidatos registraram como suplentes o cônjuge, o filho, o

pai e até o genro.

Na opinião de Marina Silva, a sociedade brasileira está mais urbanizada e melhor informada, além de mais intolerante com “o nepotismo, o apadrinhamento político e outras pragas que afligem o serviço público”. Seu projeto altera a Lei das Inelegibilidades, para impedir que sejam

suplentes o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Prevista para ocorrer hoje, a votação da proposta de emenda à Constituição que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias foi adiada para 4 de setembro, terça-feira da próxima semana. Em Plenário, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse que a matéria terá hoje seu terceiro dia de discussão, em segundo turno.

Edison Lobão também infor-

mou que a hora do expediente da sessão de hoje será destinada a homenagear o político Pedro Aleixo, pelo transcurso do centenário do seu nascimento. Articulador em Minas Gerais da Revolução de 1930, Aleixo era presidente da Câmara dos Deputados em 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e dissolveu o Congresso.

Aleixo foi também um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em favor da redemocratização do país, e um dos fundadores da UDN.

Bornhausen quer pressa na votação da reforma política

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) alertou para “a exigüidade de tempo que ronda os projetos da reforma política” já aprovados no Senado e em tramitação na Câmara. Ele lembrou que as propostas de fidelidade partidária, financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais, cláusula de desempenho e proibição de ligações partidárias somente vigorarão para as eleições de 2002 se forem aprovadas no Congresso um ano antes, ou seja, até 5 de outubro próximo.

Bornhausen relatou conversa recente com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), em que manifes-

tou o empenho de seu partido, o PFL, na aprovação dos projetos que, segundo disse, irão fortalecer os partidos e moralizar as eleições.

— Sem fidelidade partidária, com esse troca-troca de partido, nunca obteremos a sustentação institucional que o país necessita — argumentou.

O senador disse que procurará as lideranças partidárias na Câmara para manifestar a convicção de que “procastinar a aprovação dos projetos representará um desser-



Bornhausen: mudanças vigorarão em 2002 se aprovadas até 5 de outubro

viço” à classe política. “Deve-se aprovar ou rejeitar as propostas, mas é inadmissível que sejam arquivadas”, afirmou.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) também considerou indispensável a aprovação da reforma política a tempo de vigorar nas eleições de 2002. Ele ressaltou a importância do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, argumentando que “os deslizos que levam à

corrupção no governo têm gênese nas contribuições de campanha”.

Ao finalizar o pronunciamento, Bornhausen louvou as iniciativas da bancada de Santa Catarina, que, por meio de emendas coletivas, tem conseguido aprovar recursos do Orçamento da União para obras como a Barragem do Rio São Bento, a duplicação das rodovias BR-101 e BR-282, projetos de reflorestamento e modernização de portos.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a atuação da Frente Parlamentar Catarinense, “que tem colocado as necessidades do estado acima dos interesses partidários”.

Jader nega ter participado de desvio de recursos

Presidente licenciado do Senado quer uma perícia judicial, de caráter independente, que possa dirimir as dúvidas sobre o caso Banpará. “Essa auditoria vai provar que tudo o que está sendo dito sobre meu envolvimento é mentira”, afirmou

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), negou taxativamente que tenha se beneficiado de qualquer operação de desvio de recursos públicos do Banco do Estado do Pará (Banpará). A afirmação foi feita durante depoimento do senador aos membros da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra ele e também em entrevista que Jader concedeu à imprensa após a reunião, na manhã de ontem.

– Não me beneficie e não participei de nenhum desvio do Banpará e quem diz isso não sou apenas eu, mas o próprio Banco Central, que afirma, em seus relatórios, que não conseguiu detectar nenhum dado que pudesse me incriminar – declarou Jader, acrescentando: “Respondi a todas as questões. O resto é conversa fiada”.



Jader: “Não posso ficar constrangido pela mentira dos outros. Não vou me acovardar por causa das mentiras dessas pessoas”

Ele criticou a forma como os trabalhos vêm sendo conduzidos pela comissão do conselho, lembrando que os fatos sob apuração não dizem respeito ao mandato parlamentar. O senador con-

testou também o relatório do inspetor do Banco Central Abraão Patrui, que o acusa de haver participado do esquema do Banpará. “Esse trabalho foi uma ilação e foi desconceituado pela

própria instituição a que pertence esse funcionário”, reafirmou Jader Barbalho.

PERÍCIA JUDICIAL

O senador informou que vai solicitar a realização de uma perícia judicial, de caráter independente, que possa dirimir, de forma definitiva, as dúvidas que recaem sobre a sua inocência no caso Banpará.

– Essa auditoria vai provar que tudo o que está sendo dito sobre meu envolvimento nesse caso é mentira. Na perícia judicial não vai acontecer a manipulação dos dados – afirmou.

VOLTA À PRESIDÊNCIA

“Reassumir a Presidência do Senado é uma questão de bom senso”, disse Jader Barbalho ao anunciar seu retorno ao cargo em meados de setembro. Ao responder a jornalistas sobre a possibilidade de ficar constrangido com a situação atual, de estar

sendo investigado, o parlamentar paraense declarou:

– Não posso ficar constrangido pela mentira dos outros. Não vou me acovardar por causa das mentiras dessas pessoas.

REQUERIMENTO DE DUTRA

Jader Barbalho também negou que tenha retardado, em qualquer momento, a tramitação do requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que solicitava ao Banco Central o envio dos relatórios sobre o caso Banpará.

– Não atrapalhei de nenhuma maneira. Pelo contrário, a solicitação foi apresentada no dia 5 de março e eu pedi diretamente ao presidente daquela instituição financeira, Armínio Fraga, o encaminhamento de todos os documentos sobre o caso para conhecê-los. Quanto aos prazos, esses são inerentes aos trabalhos da Mesa – afirmou.

Depoimento durou mais de três horas

O depoimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, começou pouco depois das 10h da manhã de ontem e durou mais de três horas. Jader foi ouvido em seu gabinete, em caráter reservado, pelos três integrantes da comissão especial que investiga denúncias contra ele e também por outros membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O depoimento não foi gravado, mas foi taquigrafado por funcionários do Senado.

Jader leu um extenso documento em que apresentou sua versão sobre os fatos relacionados com os desvios de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará), citando os relatórios do Banco Central em que é inocentado. Depois da leitura, foi questionado pelos senadores sobre as principais dúvidas levantadas pelas investigações.

Após o depoimento, Jader Barbalho concedeu entrevista à imprensa, também em seu gabinete.

Comissão terá prazo maior para apresentar seu relatório

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou ontem que os trabalhos da comissão que apura possível quebra de decoro pelo senador Jader Barbalho serão prorrogados por dez dias. Tuma vai a Belém para ouvir dirigentes do Banpará na época em que Jader era governador do estado, inclusive o ex-gerente da agência central do banco, Marcílio Guerreiro. Ele anunciou ainda que aguarda para hoje documento do Banco Central com detalhes das operações sob investigação.

O pedido feito por Jader para que todo o material sobre o caso seja objeto de perícia não deve, na avaliação de Tuma, atrasar a entrega do relatório.

– Não podemos aguardar a perícia. Jader pediu uma varredura em todos os documentos, mas se procrastinarmos os trabalhos não terminaremos nunca – avaliou Tuma.

A mesma opinião foi manifestada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Segundo ele, a comissão tem caráter de investigação sumária.

– A perícia pode ajudar a dirimir as contradições entre o depoimento de Jader e o relatório do auditor Abraão Patrui. Mas não nos podem cobrar profun-

didade nas investigações, já que se trata de uma comissão de sindicância que deve dizer se há elementos suficientes para abertura de processo por quebra de decoro – explicou.

Jefferson Péres disse ser favorável a que conste do relatório um pedido de abertura de processo por quebra de decoro, baseado na hipótese de abuso de prerrogativa. Ele diz suspeitar que Jader tenha retido o requerimento do senador José Eduardo Dutra, que pedia ao Banco Central o envio ao Senado dos resultados das investigações sobre o caso Banpará.

O pedido de abertura de processo contra Jader Barbalho não tem o apoio do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), outro dos membros da comissão que apura o caso. Segundo ele, o relatório deve se resumir ao repasse das informações colhidas até agora para a continuidade das investigações pelo Conselho de Ética. João Alberto disse ainda que o depoimento de Jader foi convincente.

– Ele detonou todas as denúncias que havia. Acho que ele se saiu muito bem no que diz respeito aos fatos que estamos apurando – afirmou.

A senadora Heloísa Helena



Romeu Tuma vai a Belém para ouvir dirigentes do Banpará na época em que Jader era governador



Jefferson disse ser favorável a que conste do relatório pedido de abertura de processo por quebra de decoro



Na opinião de João Alberto, integrante da comissão, Jader “detonou todas as denúncias que havia”

(PT-AL) teve outra interpretação. Para ela, “quem se prestar a estudar os autos do processo vai encontrar provas contundentes contra o senador”. A senadora disse que, embora não

existam depósitos de cheques na conta do senador, “a enorme coincidência de o dinheiro sair de uma conta e parar em outra aponta para a materialidade do crime”.

Pontes critica a MP dos planos de saúde

Ao criticar a Medida Provisória nº 2.177-43 que regulamenta os planos de saúde, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) disse que a população, insatisfeita com a saúde pública e impossibilitada de arcar com os altos custos da particular, busca os planos de saúde privados e "mais uma vez se sente prejudicada nessa relação de consumo". Entre os pontos polêmicos previstos na MP, afirmou, estão a cobertura parcial do tratamento de doenças graves como o câncer e a Aids e a restrição do plano a uma área geográfica.



População mais uma vez se sente prejudicada, afirma Luiz Pontes

— Devemos estudar com profundidade e ouvir as vozes das entidades de defesa do consumidor para que a nova regulamentação proposta pelo Poder Executivo

não signifique um retrocesso e tão-somente aumente o fosso excludente e deficiente da atual regulamentação dos planos de saúde — disse.

Segundo Luiz Pontes, a MP é polêmica, pois em seu texto estão previstos a carência para acesso aos planos de saúde mais completos; o preço e a limitação de reajuste durante certo período de tempo e a triagem de consultas por um clínico geral que determinará a necessidade ou não do exame do paciente por um especialista. Segundo ele, o Estado, que não proporcionou o necessário atendimento à saúde, levou as pessoas a recorrerem aos contratos privados, que nem sempre respeitam o artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a transparência e a harmonia nas relações de consumo.

— O Senado Federal não poderá aceitar cláusulas que signifiquem exclusões de atendimentos ou procedimentos médicos, limitações e dificuldades aos usuários dos planos de saúde. A lei aprovada deverá conter redação cristalina para que o interesse do consumidor, sua dignidade, saúde, segurança e seu interesse econômico sejam protegidos e garantidos — concluiu.

Paciente deve ser alertado sobre riscos do silicone, afirmam médicos

Para orientar votação de projeto de lei, Comissão de Assuntos Sociais do Senado promoveu, durante dois dias, debates a respeito da utilização médica do produto

Nos dois dias de debates promovidos pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre o risco do uso de silicone líquido e de próteses de silicone no organismo humano, a maioria dos médicos e especialistas que participaram das audiências públicas mostrou-se favorável à assinatura de um termo de responsabilidade por pacientes que se submetam a implantes de silicone. O objetivo, segundo o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é o de que os pacientes tenham ciência dos riscos existentes nas cirurgias reparadoras à base desse produto.

As audiências públicas tiveram por finalidade instruir projeto, já aprovado pela Câmara dos Depu-

tados, que proíbe o uso de silicone líquido para aplicação no organismo humano e estabelece condições para o emprego de próteses da substância. O projeto deverá ser votado pela CAS nos próximos dias e tem parecer favorável do senador Sebastião Rocha, na forma de substitutivo que apresenta.

De acordo com o substitutivo de Sebastião Rocha, o silicone líquido só poderá ser usado nos casos de reconhecida indicação terapêutica e desde que o órgão de vigilância sanitária tenha autorizado o registro do produto para uso especificado. O texto também prevê que o paciente seja informado sobre os riscos do produto, bem como a assinatura do termo



Sebastião Rocha (centro) é relator de projeto que proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano e disciplina o emprego de próteses dessa substância

de responsabilidade antes da cirurgia. E mais: será assegurado o acesso do paciente à embalagem

e à bula dos produtos à base de silicone, atualmente restritas aos médicos.

Segundo especialistas, silicone líquido é usado em todo o mundo

Dóris Maria Hexsel, representando a Sociedade Brasileira de Dermatologia, disse que o silicone líquido injetado para fins médicos é largamente utilizado, em todo o mundo, em cirurgias reparadoras (no caso de cicatrizes e rugas) e que, durante 13 anos de atuação na área médica, nunca detectou complicações graves em pacientes que usaram o produto. Para a dermatologista, o que existe é uma grande confusão en-



Médica Dóris Maria Hexsel disse que nunca detectou complicações

tre o silicone industrial, que é condenado para procedimentos cirúrgicos, e o silicone líquido injetável, usado para fins médicos.

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina e Estética, Laércio Gomes Gonçalves, concordou com os argumentos de Dóris Hexsel e informou que, de acordo com estatísticas médicas internacionais, os efeitos maléficos do silicone líquido no organismo humano estão abai-

xo de 0,1%. Mas advertiu que o grande problema é a ausência de capacitação profissional para aplicação do silicone líquido.

Já o presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica no Distrito Federal, Carlos Augusto Carpaneda, observou que, apesar de o silicone líquido ser um produto polêmico, usado em todo o mundo. Cláudio Pessanha, diretor-adjunto da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), defendeu um padrão de qualidade para as próteses, principalmente mamárias.

PROTESTO SOLITÁRIO

Enquanto médicos e especialistas debatiam com os mem-

bro da CAS o uso do silicone, uma voz se fazia ouvir no corredor que dá acesso à comissão. Era uma mulher que se dizia "vítima do silicone". É que, segundo ela, decorridos 12 anos após um implante de uma prótese de silicone nos seios, sofre problemas renais e ginecológicos, que seriam, em sua avaliação, efeitos negativos do produto.

A mulher revelou que somente no Brasil nada menos do que cinco mil mulheres, devidamente cadastradas, sofrem com problemas advindos de próteses de silicone.

Frente da Saúde pede apoio de Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu ontem apelo da Frente Parlamentar da Saúde para que, com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, faça gestões junto ao presidente da República com o objetivo de preservar os recursos assegurados à saúde pública pela Emenda Constitucional nº 29. A interpretação do texto da emenda pela área econômica do governo e pela Advocacia-Geral da União (AGU) ameaça retirar R\$ 1,2 bilhão do setor, segundo o deputado Ursicino Queiroz (PFL-BA), coordenador da frente.

Lembrou o deputado, a chamada "Emenda da Saúde", aprovada pelo Congresso no ano passado,

vincula recursos na Constituição para o orçamento do setor até o ano de 2004. "Recursos esses que devem ser corrigidos anualmente pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) nominal do ano anterior", acrescentou. A área econômica do governo e a AGU, no entanto, firmaram entendimento de que a correção deve ser feita com base no PIB nominal do ano anterior ao da aprovação da emenda (1999, portanto).

Ao lado de inúmeros deputados ligados à frente parlamentar, além de representantes de entidades de classe, do Fórum dos Secretários de Saúde e de organizações não-governamentais, Ursicino disse a Lobão que "essa mani-

pulação é inaceitável, pois o texto aprovado pelo Congresso determina que a correção deve ser feita de acordo com a variação do ano anterior, e não do ano de 1999". Se esse entendimento não for revisto, a frente calcula que o orçamento da saúde perderá quase R\$ 5 bilhões em quatro anos.

O presidente interino do Senado disse aos representantes da área da saúde que há apenas dois caminhos para solucionar essa divergência: "Ou um entendimento político dos presidentes do Senado e da Câmara com o presi-



Edison Lobão (centro) prometeu fazer gestões para que sejam preservados recursos destinados à saúde

dente da República, que leve o chefe do Executivo a reorientar sua assessoria, ou um recurso dos parlamentares ao Judiciário", explicou. Lobão pediu aos parlamentares que transmitam ao deputado Aécio Neves que está à disposição para as gestões que forem necessárias.



Carlos Wilson e Alberto Cardoso (ao centro) representaram o Interlegis e a Senat na assinatura do convênio

Senado participa da luta contra o uso de drogas

Programa Interlegis assina acordo com Secretaria Nacional Antidrogas para implementar cursos de educação a distância e formar monitores

O programa Interlegis, representado pelo senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário do Senado, e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), pelo general Alberto Mendes Cardoso, assinaram ontem acordo de cooperação para implementar cursos de educação a distância e formar monitores na área de prevenção do uso indevido de drogas e tratamento de dependentes químicos.

Carlos Wilson destacou que o Congresso brasileiro possui hoje tecnologia digital das mais avançadas no mundo para a realização de cursos de educação a distância. Ele acrescentou que o Legislativo não deixará de envidar esforços e prestará toda a colaboração à Senat para atacar de frente um dos maiores “problemas que a sociedade

enfrenta, que é o combate ao uso indevido de drogas”.

O primeiro-secretário do Senado informou ainda que, numa primeira etapa, os cursos a distância, somente na área de prevenção, poderão atingir 30 mil alunos nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, regiões de maior violência no país. Numa segunda etapa, esse número poderá chegar a 90 mil estudantes, quando incluir os demais estados.

O general Alberto Cardoso, por sua vez, salientou que o acordo de cooperação com o Interlegis viabilizará a municipalização da prevenção do uso indevido de drogas, incentivando as prefeituras a criarem seus respectivos conselhos municipais antidrogas. Ele enfatizou ser esse mais um es-

forço da sociedade para combater as drogas e, por conseguinte, a violência, que, “além de andarem juntas, estão acabando com a nossa juventude”.

Foi realizada videoconferência da qual participaram presidentes e representantes das assembleias legislativas e os secretários de Segurança do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Vitória. Também compareceram à solenidade o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), o subsecretário Nacional Antidrogas, general Paulo Roberto Uchôa, o secretário de Justiça e Cidadania e presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo, Sérgio Dário Seibel, o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

TV Senado estreia programas em setembro

A TV Senado coloca novos programas no ar a partir de setembro, entre eles *Leituras e Arquivo Aberto*, nos fins de semana. No primeiro, além de entrevistas com escritores sobre literatura brasileira e internacional, o telespectador poderá acompanhar os últimos lançamentos no mercado editorial e os eventos nacionais relacionados à literatura. O segundo faz uma verdadeira viagem pela história do Legislativo e do Brasil, mostrando fatos que marcaram a atuação do Senado Federal e do Congresso Nacional e o que acontecia naquele momento social e cultural do país.

Outra nova atração é o *Expresso Brasil*, programa com formato diferente, que vai ouvir os cidadãos sobre as conseqüências das leis aprovadas no Congresso.



Entre outras novidades, TV Senado apresentará história do Legislativo

Numa linguagem dinâmica, o programa mostra como funcionam as leis no dia-a-dia das pessoas.

Ainda em setembro a TV Senado vai exibir o documentário *Sertão: a Terra, a Luta, a Gente*. Resultado de uma viagem de 15 dias pelo sertão, nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, a reportagem mostra as causas da seca e as alternativas encontradas pelo sertanejo

para conviver com o problema. O documentário também aborda a riqueza cultural do povo nordestino. Dividido em três capítulos o programa irá ao ar nos dias 12, 13 e 14 do próximo mês, logo após a primeira exibição do *Jornal do Senado*.

Também entra no ar a nova programação visual da TV Senado, com vinhetas criadas por seus profissionais de computação gráfica.

Menino deu aula de cidadania, diz Simon

A “aula de cidadania” dada pelo menino Rafael Wilson Costa foi destacada em discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ontem. Natural e morador de Imbituba (SC), o menino veio a Brasília pleitear computadores para sua escola.

O parlamentar pelo Rio Grande do Sul narrou que o menor percorreu gabinetes do Congresso e dos ministérios, dialogou com jornalistas, parlamentares e autoridades “com um argumento simples e verdadeiro”: o de que todos têm direito ao acesso à informática.

Pedro Simon cumprimentou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que possibilitou

à escola adquirir os 30 computadores, ressaltando a atitude de Rafael, que “não veio pedir nada para si próprio”.

Para o senador, o mais surpreendente é que Rafael acredita no Senado e no Congresso, num momento em que a Casa passa por “horas dramáticas”.

— Há brasileiros que mantêm sua confiança de que o Congresso Nacional pode fazer mais do que discutir suas mazelas — disse o senador. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ter recebido vários telefonemas das crianças de Imbituba, felizes pela conquista de Rafael.

TV SENADO

HOJE

6h — *Saúde/Unip* — Alcoólicos Anônimos — Parte 1
6h30 — *Cidadania* — O sen. Pedro Simon e a professora Vânia Carneiro falam sobre educação e televisão
7h30 — *Entrevista* — O ministro Francisco Welffort fala sobre a política cultural
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoólicos Anônimos — Parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Fortes de Recife
9h30 — *Entrevista* — A dra. Solange Bentes fala sobre a violência contra a mulher
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol — Depoimento de Edmundo Santos Silva — presidente do Flamengo (gravado)
16h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
20h30 — *Entrevista* — O ministro Francisco Welffort fala

sobre a política cultural
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — *Música*, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — *Música e informação*
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — *Música e informação*
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Improviso Jazz*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Souto saúda decisão americana de entregar imóvel de Nicolau

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário afirma que a medida “desmistifica a idéia de que CPI nunca dá em nada”

Como relator da CPI do Judiciário, o senador Paulo Souto (PFL-BA) destacou ontem a rápida decisão da Justiça americana de repassar ao governo brasileiro o apartamento do juiz Nicolau do Santos Neto em Miami. A CPI apurou o desvio de verbas públicas destinadas à construção do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em que o juiz esteve envolvido.



Souto: “Que seja o início de um tempo novo para o país”

Paulo Souto elogiou também os esforços da Advocacia Geral da União, que iniciou o processo nos Estados Unidos para a recuperação do imóvel. Na opinião do senador, a medida desmistifica a idéia de que CPI nunca dá em nada. A partir dessa decisão, ele disse esperar que outros recursos desviados do governo por meio de corrupção sejam devolvidos.

— Esse é um resultado obtido pela CPI do Judiciário com des-

dobramentos no ótimo trabalho realizado pelo Ministério Público de São Paulo e pela Advocacia da União. Que isso seja o início de um tempo novo para o nosso país — disse.

SAÚDE

Paulo Souto também defendeu projeto de sua autoria que impede que os planos de saúde exijam depósitos ou cheques caução de seus clientes, o que classificou como “um abuso”. O projeto, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais à espera de votação, visa impedir “essa ilegalidade”, afirmou o senador.

Cândido participa de conferência contra racismo

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) representará o Senado Federal na 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, a ser realizada de amanhã até 7 de setembro, em Durban, na África do Sul. Em discurso no Plenário ontem, o senador saudou a imprensa brasileira, que vem dando destaque ao tema nos últimos dias, e lembrou que o preconceito e a discriminação racial são “marcas profundas” deixadas pela escravidão no Brasil, o país americano que mais recebeu escravos da África e o último a abolir a escravidão.

A população declaradamente negra chega a 45% dos brasileiros,

de acordo com dados de 1999, citados pelo senador. Ele acrescentou que 64% dos pobres e 69% dos indigentes são negros. Das pessoas que concluem cursos universitários, apenas 2% se definem como negras e 13,5% como mulatas, disse, com base em dados do Ministério da Educação. No Congresso, a distorção se mantém, afirmou Cândido, lembrando que apenas 4,7% dos parlamentares são negros.

O governo brasileiro está enviando uma delegação de 42 pessoas para a conferência da ONU e o se-



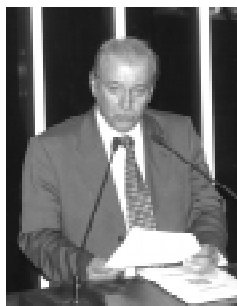
Cândido vê “marcas profundas” deixadas pela escravidão

nador levará proposta apresentada por 80 parlamentares negros que se reuniram na Bahia, em julho, para tratar do tema. Na ocasião, foi elaborado documento chamado Carta de Salvador, que propõe a criação de um Fundo Nacional de Reparação para financiar projetos especiais em benefício

dos negros. Os recursos do fundo seriam fixados por lei e representariam um percentual vinculado da receita da União, dos estados e dos municípios, por um período inicial de dez anos.

Valadares propõe voto de louvor pela reaproximação das Coreias

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento de manifestação de louvor pela reconciliação e reaproximação entre a República da Coreia (Coreia do Sul) e a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), na busca da reunificação



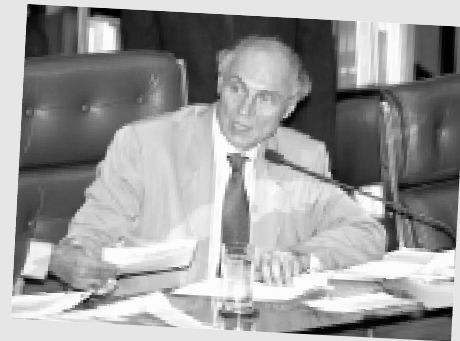
Para Valadares, Senado deve louvar o esforço de reunificação

Ao pedir a aprovação da proposta, Valadares justificou que considera dever do Senado louvar a iniciativa de reunificação das duas Coreias e apoiar a população dos dois países para que possa reencontrar a normalidade histórica e retomar seu destino. Lembrou que a reunião de cúpula entre os líderes dos dois países no ano passado foi decisiva para o atual processo de reaproximação e reconciliação.

— Os coreanos formam um gru-

po étnico, falam e escrevem a mesma língua e possuem características físicas distintas, o que tem sido fator fundamental para sua profunda identidade nacional. Por milênios, o povo coreano lutou, com sucesso, para preservar sua identidade cultural e política, apesar da influência da China, sua vizinha, e das tendências agressivas dos japoneses — comentou Valadares.

O senador opinou que os dois países devem aproveitar a abertura da cena internacional proporcionada pelas mudanças ocorridas após o final da Guerra Fria e a fragmentação da União Soviética para deixar de lado a lógica da discórdia e da violência. “Os obstáculos são grandes, mas os ventos são favoráveis”, analisou.



Suplicy afirma que presença de senadores durante as eleições no Timor demonstrará apoio ao processo democrático

Suplicy sugere que Senado envie delegação ao Timor Leste

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem que o Senado Federal envie delegação para acompanhar as eleições presidenciais que se realizarão no Timor Leste. Suplicy opinou que a atitude demonstrará o apoio da instituição ao processo democrático que se realiza naquele país.

O senador lembrou que a Câmara dos Deputados enviou quatro representantes para acompanhar as eleições que escolherão os constituintes do país. Na presidência da sessão, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou que a Mesa examinará a proposta.



Na conversa com os sindicalistas, Edison Lobão lembrou a complementaridade das economias do Brasil e da China

LOBÃO RECEBE SINDICALISTAS CHINESES

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de ontem comitiva de dirigentes sindicais chineses, que estão em visita ao país a convite da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. O programa inclui contatos com autoridades brasileiras e sindicalistas de vários estados.

No encontro com a delegação chinesa, Lobão destacou “o interesse e a admiração do povo brasileiro pelo povo chinês”, bem como a complementaridade das duas economias. O senador enfatizou que “nada nos separa e tudo nos une”, acrescentando que os dois países têm economias fortes em desenvolvimento, com espaço para o incremento das relações

bilaterais. “Esperamos ver cada vez mais aviões da Embraer nos céus chineses”, observou.

O chefe da comitiva de sindicalistas chineses, Kong Xianghong, vice-presidente da Federação de Sindicatos da província de Guangdong, disse que “é crescente o interesse da China pelo Brasil, e os dois países, como nações em desenvolvimento, podem ajudar-se mutuamente”. Ele disse “torcer”, inclusive, pelo “envio de mais jogadores brasileiros de futebol para a China”.

A delegação chinesa está sendo acompanhada, em seu roteiro pelo país, pelo secretário-geral da CNPL, José Alberto Rossi. Segundo ele, a comitiva integra a Federação Chinesa de Trabalhadores, a maior organização sindical do mundo.



Eduardo disse que são 50 milhões abaixo da linha de pobreza, enquanto bancos têm lucros enormes

Bancos não pagam preço da crise, alerta Eduardo

Com base no "Mapa da Fome", um estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) alertou para o fato de que, no Brasil, 50 milhões de pessoas – cerca de 29% da população – vivem abaixo da linha de pobreza, com R\$ 80 *per capita* ao mês, enquanto várias instituições bancárias registraram no primeiro semestre deste ano lucros superiores a R\$ 1 bilhão.

Segundo o senador, estão incluídas nessa lista bancos como Bradesco, Itaú, Unibanco e ABN Real, além de empresas como Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobras, Eletrobrás e Telesp.

Eduardo disse que não é contra o lucro das corporações, mas não compreende por que somente o governo, os setores produtivos, os assalariados e a população de uma maneira geral têm de pagar o preço da crise social e econômica que se verifica no país.

De acordo com o parlamentar, o fenômeno é mundial. Em relatório sobre o desenvolvimento humano por ele citado, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou que 2 bilhões de pessoas vivem abaixo do índice de pobreza, ganhando, em média, menos de US\$ 2 por dia.

– O processo de globalização concentra a riqueza, cumulativamente, nas mãos de poucas pessoas, enquanto aumentam as condições de miséria para um percentual cada vez maior da população – comentou.

Simon vê indícios de tráfico de informação favorecendo bancos

Senador baseia sua suspeita no fato de os bancos terem obtido, no primeiro semestre, rentabilidade de 22,8%, acima da média de 15%

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem, em discurso da tribuna, que há "fortes indícios de tráfico de informação privilegiada" favorecendo os bancos no país. Simon disse que os bancos tiveram, no primeiro semestre deste ano, o segundo melhor momento desde o início do Plano Real, só perdendo para a maxidesvalorização da moeda ocorrida no início de 1999. No período, a rentabilidade média, segundo o senador, foi de 22,8%, contra uma média histórica de 15%.

– O Ministério da Fazenda determinou alguma providência para investigar se houve vazamento ou venda de informação privilegiada em benefício de alguns desses bancos? Se fez, qual o resultado? – indagou o senador pelo Rio Grande do Sul.

Pedro Simon acrescentou que as instituições financeiras são responsáveis por um terço da sonegação fiscal ocorrida em 1999, segundo o próprio secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. O secretário, de acordo com o senador, afirmou que essa sonegação chegou a R\$ 29,6 bilhões, sendo os bancos autuados pela Receita em R\$ 8,7 bilhões.



Simon lembrou que instituições financeiras foram responsáveis, em 1999, por um terço da sonegação no país

FESTA

Ele disse que "é fácil entender" porque o banqueiro Pedro Moreira Salles, do Unibanco, ofereceu sua casa para que a esposa do ministro da Fazenda, Pedro Malan, comemorasse seu aniversário. Para Pedro Simon, a comemoração do aniversário de Catarina – que contou com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e outros integrantes do governo – na casa do dono do Unibanco "foi um atropelamento ao Código de Conduta da Alta Administração Pública", publicado já no segundo mandato do presidente.

O senador lembrou que o código

veda à autoridade pública a aceitação de presentes, ressalvados os que não tenham valor superior a R\$ 100.

– A festa de aniversário oferecida atinge ou não este item? – arguiu Simon, ressaltando ser "tanta a intimidade" que a festa da esposa do ministro é comemorada na casa do banqueiro.

Simon afirmou que o Código de Conduta proíbe a realização da festa, acrescentando que Pedro Malan, "como provável candidato à Presidência, precisa entender que não é no apartamento de banqueiro que se chegará a algum lugar, mas dialogando com a sociedade".

Romero Jucá elogia atuação do BB na área social

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do Banco do Brasil (BB) como entidade de apoio ao desenvolvimento nacional e ao progresso social, destacando ações da empresa de incentivo à economia, à cultura, ao esporte, à agricultura e à educação.

Nos últimos anos, conforme o senador, o banco vem apresentando resultados positivos em decorrência da expansão de negócios, racionalização dos processos, investimentos em tecnologia, busca da excelência na gestão de riscos, controle dos custos operacionais e melhoria da composição da carteira de crédito.

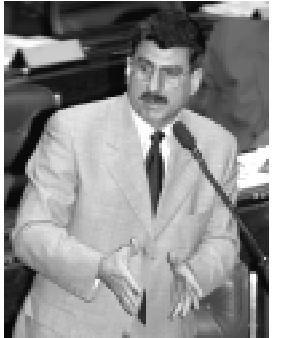
Jucá ressaltou a contribuição dos

programas comunitários executados pela Fundação Banco do Brasil na área social, citando os programas AABB Comunidade, BBeducar, Trabalho e Cidadania, Criança e Vida, Memória e Gestão Municipal e Escolar.

O papel do banco como agente financeiro da União em ações voltadas para a agricultura familiar, o meio ambiente, a saúde, a educação e a geração de emprego e renda também foi ressaltado pelo senador, que destacou o Programa Brasil Empreendedor e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros.

Jucá informou que o Banco do Brasil foi a única estatal a constar na lista dos dez grupos empresariais brasileiros considerados bons exemplos de cidadania corporativa pelo *Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa*, em 2000.

Outras ações da empresa destacadas por Jucá são os investimentos na educação, saúde e qualificação dos funcionários, e o desenvolvimento de produtos e serviços com utilização de matérias-primas não-poluentes. Ele destacou ainda o patrocínio do banco ao esporte nacional e as atividades do Centro Cultural Banco do Brasil.



Jucá ressaltou contribuições dos programas comunitários

Santos defende mais recursos para bolsistas

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), prometeu ontem a representantes de bolsistas do Programa Especial de Treinamento (PET), da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que faria, imediatamente, gestões naquela pasta para que seja alocada uma suplementação de R\$ 5,6 milhões no orçamento deste ano para o pagamento de alunos bolsistas e tutores participantes do programa. O PET, explicou, tem previstos para este ano recursos orçamentários da ordem de R\$ 8 milhões, mas, segundo alegam os representantes, o valor será insuficiente para cobrir as despesas do programa.

O membro da Comissão Executiva Nacional do PET, João Rosa, informou, após ser recebido por Ricardo Santos, que o programa tem por objetivo melhorar o ensino de graduação por meio de orientação tutorial de grupos selecionados de alunos. Ele



Ricardo Santos, presidente da CE, disse a representantes dos bolsistas que faria gestões para aumentar recursos destinados ao PET

acrescentou ainda ter solicitado ao presidente da CE que interceda junto ao Ministério da Educação para que os recursos previstos para o programa no orçamento do próximo ano sejam de R\$ 12,3 milhões.

Ricardo Santos recebe hoje, às 8h45, na sala da CE, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Felipe Maia. Eles vão tratar da medida provisória que põs fim ao direito de a entidade emitir carteiras estudantis.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Lindberg Cury